

JANE MARCIA MAZZARINO

DAS MATRIZES CONTRADITÓRIAS DO JORNALISMO AMBIENTAL A UM NOVO CRITÉRIO DE NOTICIABILIDADE: O INTERESSE CIDADÃO- COMUNITÁRIO¹

*LA MATRIZ CONTRADICTORIA DE PERIODISMO
AMBIENTAL A UN NUEVO CRITERIO DE
NOTICIABILIDAD: EL INTERÉS DE LOS
CIUDADANOS EN LA COMUNIDAD*

*FROM THE CONTRADICTORY MATRICES OF
THE ENVIRONMENTAL JOURNALISM TO A NEW
CRITERION TO BECOME NEWS: THE INTEREST OF
THE COMMUNITY-CITIZEN*

Recebido em: 27 jul. 2015

Aceito em: 14 fev. 2016

¹ Pesquisa financiada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – Fapergs e apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.

Jane Marcia Mazzarino: Centro Universitário Univates (Lajeado-RS, Brasil)
Doutora em Ciências da Comunicação (Unisinos). Professora permanente no Programa de Pós Graduação Ambiente e Desenvolvimento (mestrado e doutorado) e no curso de Comunicação Social do Centro Universitário Univates, Lajeado/RS, Brasil.
Contato: janemazzarino@gmail.com

ISSN (2236-8000)

linguagens midiáticas

RESUMO

Três categorias de análise sintetizam grande parte dos estudos em jornalismo ambiental realizados entre 2002 e 2012: fontes, abordagem e enquadramento. Estes elementos evidenciaram-se a partir da meta-análise realizada em artigos publicados nos anais dos principais eventos da área da comunicação na América Latina e em periódicos qualificados nos extratos superiores das áreas de Ciências Ambientais e Ciências Sociais Aplicadas, conforme definido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Este artigo tem como objetivo discutir o que se identificou como as naturezas do jornalismo ambiental, a fim de propor novas vertentes para as práticas produtivas de jornalismo ambiental. A principal proposta refere-se a inclusão de um novo critério de noticiabilidade para o campo jornalístico: o interesse cidadão-comunitário.

PALAVRAS-CHAVES: Jornalismo ambiental. Critério de noticiabilidade. Pesquisa bibliográfica.

RESUMEN

Tres categorías de análisis sintetizan los estudios de periodismo ambiental llevados a cabo entre 2002 y 2012: las fuentes, la abordaje y el marco. Estos elementos se presentaron a partir de la meta-análisis de lo que fue publicado en las actas de los principales eventos de comunicación en América Latina y revistas cualificadas en los extractos más altos de las áreas de Ciencias Ambientales y Ciencias Sociales, tal como se define por la Coordinación de Formación Personal de Nivel Superior (Capes). Este artículo tiene como objetivo discutir lo que se identifica como la naturaleza de periodismo ambiental, con el fin de proponer nuevos aspectos de las prácticas de producción de periodismo ambiental. La propuesta principal se refiere a la inclusión de un nuevo criterio de noticiabilidad al campo periodístico: el interés de los ciudadanos en la comunidad.

PALABRAS-CHAVES: Periodismo ambiental. Criterios de noticiabilidad. Estudio bibliográfico.

ABSTRACT

Three analysis categories encompass big part of the studies on environmental journalism carried out between 2002 and 2012: sources, approach and framework. These elements have become evident from the meta-analysis done in articles published in the annals of the main events in the field of communications in Latin America, and those published in highly qualified journals of the Environmental Science and Applied Social Science areas, as defined by the Federal Agency for Support and Evaluation of Graduate Education (Capes). This paper aims at discussing what has been identified as the nature of the environmental journalism, in order to propose new aspects to productive practices in this kind of journalism. The main proposition refers to the inclusion of a new criterion to become news in the journalistic field, that is, the interest of the community-citizen.

KEYWORDS: Environmental journalism. Criterion to become news. Bibliographic research.

INTRODUÇÃO

O jornalismo caracteriza-se como uma profissão que, por meios técnicos (linguagem, critérios, processos produtivos inerentes a este campo social, etc.), apura e relata acontecimentos que, pressupõe-se, tenham interesse público (ou seja, que tenham importância, interessem e interfiram na vida dos receptores), mantendo-se o mais fiel possível ao acontecido. Para isto, jornalistas se valem das interpretações das fontes, as quais devem ser plurais e não apenas quantitativamente representativas, a fim de dar a conhecer ao público a diversidade de pontos de vista sobre os fatos. Assim, o fazer jornalístico coloca-se como um campo que oferta elementos de “verdade” para os fatos, posição que solicita dos seus profissionais uma reflexão sobre sua responsabilidade social, o que se refere a uma busca ética.

A pluralidade das fontes deve ser capaz de revelar aspectos óbvios e não óbvios envolvidos nos acontecimentos transformados em notícia. Algumas fontes buscam, por movimento próprio ou por meio de assessorias, dar visibilidade às suas posições. Aquelas que não têm esta autonomia para lidar com os veículos também devem ser procuradas por estes. Assim como as fontes, também a abordagem dada aos fatos sociais pautados a partir de alguns critérios (consagrados, historicamente, na cultura da comunidade interpretativa formada pelos jornalistas) são determinantes no processo de enquadramento de sentidos ou interpretação dos acontecimentos, feita pelos produtores de notícias, a fim de ofertá-las à sociedade.

Estes três elementos: fontes, abordagem e enquadramento referem-se a três categorias de análise que sintetizam grande parte dos estudos em jornalismo ambiental realizados entre 2002 e 2012, o que foi possível concluir a partir da meta-análise realizada em artigos publicados nos anais dos três principais eventos da área da comunicação (Alaic, Intercom e Compós)² e em periódicos qualificados como A2, A1 e B1 nas áreas de Ciências Ambientais e Ciências Sociais, conforme a Capes³, disponíveis *on line*. Realizou-se uma busca de artigos a partir da palavra “jornalismo ambiental” nos anais dos eventos e nos periódicos. Os artigos coletados que trataram de estudos empíricos foram reunidos, lidos e analisados, caracterizando uma meta-análise que buscou identificar os focos priorizados, evidenciando-se os três elementos já referidos. Os aspectos teóricos serviram de base para a fundamentação teórica.

Este artigo tem como objetivo discutir as naturezas do jornalismo ambiental, de modo a relacioná-las às categorias identificadas, a fim de propor novas vertentes para as práticas produtivas de jornalismo ambiental e também para a produção acadêmica nesta área de saber.

O que definimos como três naturezas assemelha-se, em parte, à categorização feita por Bueno (2007), das três funções do jornalismo ambiental: pedagógica, informativa e política. Neste artigo, consideramos as funções pedagógica e política como duas naturezas, mas a função informativa dá lugar ao que denominamos como natureza conservadora, a qual tende a não contemplar nem mesmo a função informativa proposta por Bueno, por não considerar impactos dos fatos sobre e sociedade e o ambiente ao noticiá-los. Sobre esta natureza tecem-se as principais

² Compós – congresso anual brasileiro da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Intercom – congresso anual da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Alaic – congresso bianual da Associação Latinoamericana de Comunicação.

³ Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - é uma fundação do Ministério da Educação (MEC), que atua na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados do Brasil.

críticas e propõem-se avanços a partir da inclusão de um novo critério de noticiabilidade para o campo jornalístico: o interesse cidadão-comunitário

A NATUREZA PEDAGÓGICA DO CAMPO JORNALÍSTICO

Contemporaneamente, é preciso reconhecer a centralidade que os meios de comunicação vão adquirindo na vida cotidiana como fonte de informação, entretenimento e construção de imaginários coletivos (estes entendidos como espaços identitários), assim como na configuração de modos de ação pública (MATA, 1999). Com as novas tecnologias de comunicação mudam as formas de simbolização, o que torna questão fundamental compreender como diferentes campos sociais configuram sentidos na contemporaneidade. Mata afirma que é preciso pensar a cultura articulada em torno dos meios e tecnologias como uma nova matriz para a produção simbólica, dotada de um estatuto próprio e complexo, que funde modos anteriores de interação e produção com novas formas expressivas e novas estratégias discursivas e de recepção.

Quando o campo midiático assume um papel central no mundo globalizado, um lugar de atravessamento de discursos oriundos de outros campos, e quando a problemática ambiental se salienta entre outros temas de debate público, deve-se considerar a relevância de se compreender o processo de construção social que se faz da temática ambiental a partir do campo jornalístico. Em resumo, por meio dos processos produtivos inerentes ao campo jornalístico, os acontecimentos que serão notícia são selecionados via critérios de notícia (*gatekeeper*) e enquadrados (*framing*) para participar da agenda (*agenda-setting*) ofertada diariamente pelo campo jornalístico para a sociedade, por meio de seus processos produtivos (*newsmaking*).

Os receptores tendem a considerar que há alguma relevância nos temas que participam da agenda do campo jornalístico, já que muitas vezes não têm outras fontes de informação, especialmente em se tratando de temas, muitas vezes, pouco próximos da sua realidade social. É deste modo que as pautas selecionadas pelo campo jornalístico e seus modos de enquadramento agendam o debate público.

Como todo discurso, o midiático é intencional, relacional, sedutor. Busca capturar os sentidos do receptor (mesmo que sem garantias) e criar sentidos de verdade para a realidade. Desta forma, pode ser orientador das práticas ambientais, contribuindo para o desenvolvimento humano e social em um dado território, o que se relaciona diretamente com sua natureza pedagógica ou formativa, além da informativa.

Autores diversos salientam a natureza educativa dos meios jornalísticos como uma de suas características. Entre eles, Moraes (2008), Loose e Girardi (2009), Loose e Peruzzolo (2008), Bueno (2007) e Mazzarino (2012).

Para Moraes (2008: texto digital) “a maior contribuição esperada de um veículo jornalístico é o estímulo ao debate, ampliando a capacidade de a sociedade discutir, debater e deliberar sobre as suas causas essenciais”. Neste sentido, o jornalismo se relaciona com processos de educação, de mobilização social, de mudança cultural e de construção das políticas públicas, interface que se aproxima do posicionamento de Dornelles (2008:

texto digital) quando esta autora afirma que a “pauta ambiental precisa fundamentalmente desempenhar uma função pedagógica, sistematizando conceitos, disseminando informações, conhecimentos e vivências ou seja, dando condições para que o cidadão comum participe do debate”.

Por sua vez, Loose e Girardi (2009: texto digital) inferem que o “Jornalismo Ambiental se insere no campo da educação quando realiza com responsabilidade e ética o trabalho de informar seus receptores, formando opinião pública crítica e estimulando a promoção da cidadania”. Para as autoras, quando se trata de jornalismo ambiental a didatização dos conhecimentos é quase uma obrigação, devido ao caráter complexo da problemática e à necessidade de favorecer a reflexão crítica, auxiliar na formação da opinião pública e estimular a consciência sociopolítica. Para isso deve valer-se de comparações, pesquisas, aprofundamento, contextualização, linguagem acessível (sem uso de palavras difíceis, adjetivos ou neologismos). “A ênfase nos processos é maior do que a nos eventos. O meio ambiente é visto como um todo e, todo e qualquer movimento ocorrido no planeta imbrica ações e postura com uma visão ampla, coletiva e transdisciplinar.”

Loose e Peruzzolo (2008: texto digital) propõem que o jornalismo ambiental deve ser “ativista e militante”, desconsiderando a problemática e questionável característica histórica da objetividade jornalística, o que não é uma posição apenas destes autores, como se poderá verificar adiante.

Tanto o jornalismo científico como o ambiental são práticas que necessitam cumprir o princípio básico da notícia, que é a informação a serviço público, voltada para inclusão social e política, conscientização acerca do que nos rodeia e formação de opinião. Suas diferenças se alicerçam na constituição de seus formatos que devem elencar pequenos detalhes que atraiam e consolidem seu público específico. O jornalismo ambiental diferencia-se pela promoção de uma visão mais crítica do contexto, exercendo um jornalismo com vertente ativista, militante (LOOSE E PERUZZOLO, 2008: texto digital).

Moraes (2008: texto digital) afirma que nos últimos 30 anos ocorreu um avanço significativo na cobertura ambiental, impulsionado também pela demanda internacional. A cobertura, no entanto, é instável. Pode-se considerar que houve avanços quantitativos e qualitativos na midiatização jornalística ambiental desde a Conferência de Estocolmo, em 1972, mas pesquisas da área ainda apontam superficialismos em relação ao que a própria autora propõe como dois pontos de atuação da imprensa: na divulgação de fatos de forma clara e honesta, para a compreensão dos cidadãos (encorajando o debate público e subsidiando decisões), e na educação informal para as escolhas coletivas que visem o bem comum.

Bueno (2007: texto digital) também salienta a função pedagógica do jornalismo ambiental, entre outras duas funções que ele identifica como informativa e política:

a) informativa: busca preencher a necessidade dos cidadãos de estarem atualizados sobre os temas ambientais, considerando o impacto que determinadas posturas do cidadão, que os processos dos problemas

ambientais e que os modelos de desenvolvimento têm sobre o meio ambiente e a qualidade de vida;

b) pedagógica: refere-se à explicitação das causas e soluções, assim como à indicação de caminhos para superação dos problemas ambientais;

c) política: relativa à mobilização dos cidadãos em relação às questões ambientais e políticas públicas, vigilância dos governantes, das posturas dos empresários e grupos privilegiados, etc.

Bueno (2007: texto digital) defende que o jornalismo ambiental tem disposição para a mobilização e o despertar das consciências, para isto “deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate, portanto, deve estar sintonizado com o pluralismo e a diversidade, ‘potencializar o diálogo’”.

Em suas argumentações Mazzarino (2012: texto digital) concorda que o campo midiático se constitui em um cenário educativo na contemporaneidade, um campo de forças sobre os sentidos dados à realidade socioambiental. A autora observa uma permeabilidade crescente dos temas ambientais no espaço público midiático poderia, hipoteticamente, estar fazendo o campo jornalístico incluir entre suas funções a de educador socioambiental, já que suas pautas são determinantes do agendamento social, sendo, portanto, geradoras de processos de comunicação pública.

No entanto, a própria autora indica limitações das organizações jornalísticas quando se restringem a exercer o papel apenas de canal de informação tendencialmente superficial, sem assumir sua função pública, o que exigiria uma cobertura jornalística que desse conta da complexidade socioambiental, por meio de uma abordagem aprofundada das temáticas inter-relacionadas, uma observação social crítica e uma revisitação dos critérios de noticiabilidade, de forma a contribuir para a formação de cidadãos (MAZZARINO, 2012).

O debate sobre os temas socioambientais tem a força de poder desencadear a criação de capital social pela natureza da sua problemática: atinge a todos os cidadãos de forma global. O debate público em torno destes temas pode gerar: a partilha de valores relativos à cidadania ambiental, a percepção da interdependência entre todas as formas de vida, a formação de laços de pertencimento entre as pessoas e entre elas e o meio, a criação de objetivos comuns para melhoria das condições socioambientais. Desta forma, estaríamos assistindo ao surgimento de um capital comunicacional socioambiental. Um capital social de índole biocêntrico, originário de conversações permeadas pela discussão ética, tendo, dos meios de comunicação interferências mais interpretativas e decorrentes de um processo investigativo dos acontecimentos. É necessário fazer circular os grandes temas com que se debatem as sociedades, de modo que possibilite a qualificação dos debates públicos e se estimule o posicionamento ativo dos cidadãos. (MAZZARINO, 2012: texto digital)

A proposta do campo jornalístico como um lugar de educação socioambiental, reflexão realizada por esta autora em outras publicações,

tem continuidade neste artigo, quando se questiona por quê se o jornalismo em geral não é interpretativo e tampouco investigativo, nós, autores que debruçam-se sobre o jornalismo ambiental, tendemos (consciente ou intuitivamente) a esperar este tipo de abordagem dos temas ambientais?

A NATUREZA CONSERVADORA E OS DESAFIOS DE UMA PRÁTICA POLÍTICA NO JORNALISMO AMBIENTAL

Jornalismo ambiental é antes de tudo jornalismo, por isso os estudos empíricos concluem sobre as práticas de jornalismo ambiental o mesmo que se dá com o tratamento de outros temas: de modo geral vale o factual, o informativo superficial. E explicações para isto são remetidas à falta de tempo, à política editorial ou outro motivo situado no cotidiano das redações, cada vez mais envolvidas em tarefas multimidiáticas.

A questão é que se a sociedade se depara com uma crise, ela não é só ambiental, é civilizatória e também do jornalismo, incluindo o ambiental. O mundo está em movimento, e com ele os princípios que movem a sociedade. Daí que enquanto as práticas modificam-se, alguns grupos requisitam a manutenção do que consideram ser a razão primordial da ordem social do seu campo de ação. Caso se assuma que o jornalismo é dinâmico e, por isso, mudou com o mundo, então, será que é possível manter os mesmos princípios e critérios de noticiabilidade fundacionais sem correr o risco de sustentar um jornalismo anacrônico?

É possível avançar na problematização e questionar: os receptores querem reportagens aprofundadas? Dispõem de tempo para lê-las, escutá-las, assisti-las, navegá-las? A quem serviria o jornalismo ambiental idealizado pelo campo científico? É preciso problematizar o posicionamento de jornalistas e comunicadores que atuam no campo científico construindo uma ponte entre comunicação, jornalismo e meio ambiente, quando defendem um jornalismo idealizado.

Gavirati (2012: texto digital) também questiona o pressuposto corrente entre certos setores de que os meios de comunicação de massa possam cumprir um papel na conscientização ambiental, já que considera que a própria lógica midiática impede que isso ocorra. Para ele, apostar nos meios equivale “a proponer que el zorro cuide de las gallinas”. Isto porque os meios massivos estão condicionados ou representam os interesses econômicos e políticos que geram a crise ambiental. Além disso, a linha editorial dos periódicos estaria alheia aos discursos do movimento ambientalista. A hipótese de Gavirati põe abaixo a expectativa que os meios devam informar e sensibilizar os receptores para a questão ambiental. O autor argumenta que os ideais ambientalistas contrastam com o funcionamento cotidiano do jornalismo institucionalizado.

Entre as dificuldades para se fazer jornalismo ambiental,, Loose e Peruzzolo (2008: texto digital) percebem o tempo curto, as pressões da empresa, a necessidade de cuidado na escolha de pautas e fontes, o perigo de tornar-se porta voz das fontes, o desafio de compreender a complexidade e amplitude das temáticas além de transcrevê-las “de maneira simples sem comprometer a essência da informação, em espaços cada vez mais reduzidos, em velocidades cada vez maiores”, procurando, ainda, não ser “irritantemente didático”.

Os desafios se acumulam para os produtores desta área jornalística se tomarmos a posição de Bueno (2007), para quem cabe ao jornalismo ambiental “compatibilizar visões, experiências e conhecimentos por meio de uma visão inter e multidisciplinar, que fuja à fragmentação imposta pelo sistema de produção jornalística”, a qual fragiliza a cobertura. Também para Dornelles (2008) a divisão tradicional das notícias em editorias não serve ao jornalismo ambiental, pois fragmenta acontecimentos que tem que ser noticiados de uma ótica multi e interdisciplinar. Por tratar-se de uma problemática planetária, também a classificação geográfica não atenderia à expectativa da inter-relação na cobertura ambiental. Assim, se requer também uma revisão destas divisões clássicas expostas na oferta do produto jornalístico ambiental.

Bueno (2007) reconhece que o jornalismo ambiental compartilha de modos de fazer de outros jornalisismos (econômico, cultural, etc.), mas defende que não deve se confundir com eles, primando pelo comprometimento com a qualidade de vida e com o exercício da cidadania. Da mesma forma que Loose e Peruzzolo (2008: texto digital), Bueno defende:

O Jornalismo Ambiental deve propor-se política, social e culturalmente engajado, porque só desta forma conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até de universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses (BUENO, 2007: texto digital).

Para o autor, o jornalismo ambiental não pode comprometer-se com a isenção, deve estar atrelado à realidade concreta. “Consciente e capacitado, ele será militante sempre.” O posicionamento de Bueno, assim como de Loose e Peruzzolo instigam uma discussão ainda a ser aprofundada na academia e pelo campo jornalístico, sobre o lugar do fazer jornalístico ambiental: deve ser mais ou menos engajado? E se deve ser engajado, de que tipo de engajamento se está falando? Daquele que é esperado de qualquer jornalista: engajado com o interesse público, ou um engajamento posicionado, aparentado do movimento ambientalista? E aí pode-se questionar se o jornalismo ambiental não poderia vir a inaugurar um novo campo no “intermezzo” entre os campos jornalístico e da mobilização social, como ocorre com a denominada Mídia Ninja, protagonista de novas formas de noticiar durante as manifestações sociais que aconteceram no Brasil, a partir de junho de 2013, e que geraram reflexões e também polêmica entre acadêmicos e entre jornalistas.

Caso se leve em conta as cinco síndromes do jornalismo ambiental propostas por Bueno no mesmo estudo que defende a militância, pode-se afirmar que este lugar de *intermezzo* que se propõe aqui hipoteticamente está distante. Bueno (2007), aponta como as cinco síndromes do jornalismo ambiental:

a) do zoom ou do olhar vesgo: relacionado ao foco de cobertura fechado, fragmentação da cobertura decorrente do processo de segmentação e uso de conceitos inadequados.

b) do muro alto: refere-se à tentativa de despolitização do debate ambiental pela desvinculação entre vertente técnica e as vertentes econômica, política e sociocultural, privilegiando a dimensão técnica. Exclui cidadãos comuns e determinados segmentos, defendendo a competência técnica como critério de autoridade que legitima as fontes. A ciência e a tecnologia são percebidas como campos neutros.

c) da *lattelização* das fontes: prioriza fontes com conhecimento acadêmico e especializado, não incluindo atores locais. Muitas vezes coloca-se como porta voz na venda de produtos e serviços. Faz apologia a medidas meramente cosméticas. Repudia o debate político.

d) das indulgências verdes: relacionado às práticas de marketing verde de empresas e profissionais, que compram e vendem o que é “verde”, propondo soluções cosméticas

e) da baleia encaçada: relativa à espetacularização das tragédias ambientais, com a procura do inusitado, do sensacional; com a perspectiva acrítica que contempla as tragédias, por exemplo, como fatos isolados, sem causas e consequências. Faz uma cobertura estática, sem investigação, sem provocar o debate sobre temas públicos.

Portanto, as síndromes referem-se a um jornalismo ambiental despolitizado e desinformado, que privilegia aspectos técnicos, científicos e econômicos. Para Bueno (2007, texto digital), se os jornalistas quiserem cumprir o seu papel é fundamental que incorporem uma perspectiva política ampla, com coragem para enfrentar grandes interesses ligados aos modelos de desenvolvimento atuais.

A informação deve ser *de qualidade*, nos termos de Santos (2012a: texto digital), de modo a possibilitar processos de autogovernabilidade, já que assim se subsidia a população com informações para a sua participação na tomada de decisões, afetando as políticas públicas.

Aguiar (2008: texto digital), no entanto, afirma que as mensagens jornalísticas “constroem uma ordem discursiva sobre os problemas ambientais vinculando essa temática ao princípio da responsabilidade, no qual a ação da sociedade acaba sendo impulsionada por uma pedagogia política centrada no sentimento de medo coletivo”. O receptor é responsabilizado, mas apenas por pequenos atos cotidianos. Uma abordagem complexa e multidimensional da realidade socioambiental ofertaria elementos problematizadores da relação entre escolhas cotidianas e a crise ambiental.⁴

Assim, o autor levanta a hipótese que enquanto a mídia não incluir o receptor como parte do problema ambiental que trata não possibilita a governança ambiental, porque ele não se percebe como corresponsável, não sente que as questões ambientais se referem a um processo de responsabilidade compartilhada que se realiza a partir do cotidiano.⁵

Para Viegas (2004: texto digital) este tipo de cobertura deixa o receptor sentindo-se impotente, mero expectador, sem poder de decisão, sentindo-se fora do problema enquadrado pela mídia, não ajudando a elaborar um *como agir*.

Do ponto de vista da governança ambiental, conceito segundo o qual a mobilização por mudanças visando a melhorias ambientais

⁴ Porto-Gonçalves (2013) e Leff (2006) abordam os desafios ambientais diante da globalização do consumo que rege a sociedade capitalista, que exige cada vez mais produtos para manter-se, pilhando a natureza sem ater-se aos seus limites para o uso sustentável. Estes autores têm se debruçado sobre as múltiplas dimensões da crise (social, ecológica, política, cultura, econômica, etc.). Leff propõe que no lugar da racionalidade instrumental que marca a relação da sociedade com a natureza, desenvolva-se a racionalidade ambiental baseada na ética.

⁵ A governança ambiental pressupõe a existência de objetivos comuns, parceria, atuação em rede, empoderamento, percepção de interdependência entre atores governamentais e não governamentais, integração, complementariedade, corresponsabilidade, *accountability*, práticas educativas, tomada de decisão compartilhada e negociação (JACOBI e SINISGALLI, 2012)..

depende muito mais das respostas da sociedade do que unicamente das ações do governo por si mesmas, raras vezes os jornais analisados dão margem para a expressão do fenômeno mudança climática como algo de responsabilidade de cada pessoa ou que possa ser relacionado a uma conduta pessoal, cotidiana, ou que tenha um efeito sobre a história e a trajetória individual. Em geral, ela é vista como algo que cabe aos governos e às grandes empresas poluidoras resolverem: é um problema de cúpulas governamentais, ou de meganegociações aparentemente abstratas entre empresas que compram direitos de poluir a Europa plantando árvores na Amazônia, por exemplo. Esses planos de entendimento, com certeza, pouco têm a ver com a realidade diária das pessoas e podem mesmo contribuir para a perda de interesse delas pelo assunto (VIEGAS, 2004: texto digital)

A discussão teórica proporcionada pela meta-análise bibliográfica permitiu-nos organizar os posicionamentos dos autores em duas tendências. Por um lado, apontam para uma natureza pedagógica, formadora, educadora do jornalismo ambiental, o que caracteriza-se mais como uma reclamação por uma postura interpretativa do que como constatação de uma prática e, por outro lado, a natureza conservadora das práticas jornalísticas engessadas em aspectos técnico-produtivos e culturais da comunidade jornalística, eminentemente informativa e pouco interpretativa ou investigativa, colocando-se como desafio ao jornalismo ambiental um posicionamento político, de agente em um processo de governança ambiental, que não deixa de referir-se à natureza pedagógica, já que aqui o conceito de governança ambiental é entendido como estimulante e resultante do debate público, com participação tanto dos meios jornalísticos ofertando informação aprofundada ou *de qualidade* decorrente de um processo investigativo, quanto da demanda e busca de informação qualificada dos cidadãos, que assumem uma postura efetivamente de cidadania ante as questões ambientais e diante do campo jornalístico.

ORA PEDAGÓGICO, MUITAS VEZES CONSERVADOR, ALGUMAS VEZES POLÍTICO: MATRIZES CONTRADITÓRIAS DO JORNALISMO AMBIENTAL

A vertente que identifica certo conservadorismo nas práticas do jornalismo ambiental, por caracterizar-se, fundamentalmente, como informativo pontual, é confirmada por diversos estudos. A meta-análise dos estudos empíricos nos permitiu traçar características fundamentais nas práticas de jornalismo ambiental em relação ao que foi organizado neste artigo como três categorias que se mostraram hegemônicas: fontes, abordagem e enquadramento discursivo.

Em relação às **fontes** das notícias sobre temas ambientais, estudos apontam que são geralmente: de prestígio, credibilidade e com bom nível hierárquico (ALCARAZ, 2012); oficiais (MIGUEL, 2012; COSTA, 2009; BUENO, 2007; VIEGAS, 2004; DOMINGUEZ, 2012; BERGER, 2006; CERVI, MASSUCHIN E BRUNOSKI, 2010), técnicos (GAVIRATI, 2012; MAZZARINO E FLÔRES, 2012); científicas (COSTA, 2009;

MIGUEL, 2012; LOOSE e PERUZOLLO, 2008; BARROS, 2012; VIEGAS, 2004; GAVIRATI, 2012); de grupos econômicos (VIEGAS, 2004); não governamentais (BARROS, 2012; COSTA, 2009); há tendência de incluir poucas fontes (CERVI, MASSUCHIN e BRONOSKI, 2010; COSTA, CUNHA e VELLOSO, 2012); e que os setores locais e envolvidos nos acontecimentos são tratados como expectadores e não como parte do processo (ALCARAZ, 2012; LOOSE e PERUZOLLO, 2008; VIEGAS, 2004; BERGER, 2006; MAZZARINO e FLÔRES, 2012).

Os diferentes autores caracterizaram os modos de **abordagem** dos acontecimentos ambientais como: parcial, fragmentado e simplificado (ALCARAZ, 2012; CAMPELLO, 2012; LOOSE e PERUZOLLO, 2008); não holístico (MIGUEL, 2012); descontextualizado (CAMPELLO, 2012; MAZZARINO e FLÔRES, 2012); não complexo (BARROS, 2012); factual (COSTA, 2009); uma descrição resumida (VIEGAS, 2004); textos pequenos (CERVI, MASSUCHIN e BRONOSKI, 2010); cobertura superficial (RAMOS E ZAMBERLAN, 2010; MAZZARINO e FLÔRES, 2012); sem acompanhamento (DOMINGUEZ, 2012; MAZZARINO e FLÔRES, 2012), tendo tratamento midiático como tema de baixa relevância (ALCARAZ, 2012), tendo uso equivocado de informações (RAMOS E ZAMBERLAN, 2010); fazendo uso de conceitos inadequados (BUENO, 2007); e com ausência do contraditório (DOMINGUEZ, 2012).

Em relação ao **enquadramento** discursivo dos temas ambientais, os estudos identificaram que exploram elementos relacionados a: conflito (ALCARAZ, 2012; CAMPELLO, 2012, MIGUEL, 2012); controvérsia, conflito, proximidade, impacto e novidade (DIAS E ALMEIDA, 2011); problema econômico (BERGER, 2006; MIGUEL, 2012; VIEGAS, 2004; COSTA, CUNHA E VELLOSO, 2012); dimensão ecológico-empresarial (BONFIGLIOLI, 2004; COSTA, 2009); ecoeficiência (SCHWAAB, 2012); questões científicas (COSTA, 2009; VIEGAS, 2004; COSTA, CUNHA E VELLOSO, 2012); reverência à natureza (LOOSE, 2012); posição pró-ativa (LOOSE, 2012); aspecto pedagógico (LOOSE, 2012); posicionamento político (COSTA, 2009; COSTA, CUNHA E VELLOSO, 2012; VIEGAS, 2004); apelo dramático (MIGUEL, 2012; BARROS, 2012; MAZZARINO E FLÔRES, 2012); tom alarmista (COSTA, 2009; LOOSE, 2012); sensacionalista (RAMOS E ZAMBERLAN, 2010).

Os estudos incluídos na meta-análise, de modo geral, sugerem que a abordagem do jornalismo ambiental deve ser sistêmica e contextualizada, com pluralidade de fontes. Solicitam que o campo assuma sua responsabilidade ética na abordagem desta problemática e que explicita melhor as relações entre problemas ambientais e o cotidiano comunitário. Apontam que é importante incluir a comunidade como fonte interessada e que sofre as consequências decorrentes da crise ambiental, mantendo uma regularidade na cobertura. E ainda que: inclua os temas nos espaços opinativos, fique menos dependente das fontes oficiais e especializadas ou científicas, aposte mais no jornalismo interpretativo e investigativo e menos no informativo, a cobertura seja menos permeada pelas dimensões econômicas ou político-econômicas e tenham um enquadramento ecossistêmico. Em relação às fontes jornalísticas,

⁶ É importante destacar que o dano não pode ser confundido com uma injúria cometida contra um sujeito específico, ou seja, algo que pode ser reparado ou “consertado” pela aplicação de uma lei ou sanção. Não se repara o dano, no sentido de fazer com que ele desapareça, mas se pode tratá-lo a partir do momento em que se instaura o dissenso entre uma ordem policial (de saturação da equivalência entre corpos e ocupações) e a irrupção da política. Interessa a Rancière, portanto, uma “cena na qual se colocam em jogo a igualdade ou a desigualdade dos parceiros de conflito enquanto seres falantes” (1995:81), uma cena de demonstração para o tratamento do dano.

[...] são um mirante para a observação de vários campos sociais que convivem na produção notícia e confluem pra dentro dela. São o vértice para onde convergem várias questões que dizem respeito não somente à instância da técnica jornalística, mas também da ordem da representação social, da pluralidade e da convivência entre poder, conhecimento e experiência (AMARAL, 2011: texto digital).

A escolha das fontes afeta os conteúdos abordados pela mídia, que por sua vez afetam as conversações sociais e a construção de posicionamentos dos cidadãos. Além disso, para Santos (2012b: texto digital), é preciso estar ciente que a agenda midiática também afeta a agenda que determina políticas públicas e governamentais, influenciando negociações, tomada de decisões e ações dos atores envolvidos.

Quanto aos enquadramentos discursivos, observamos que estão fortemente relacionados aos critérios de noticiabilidade, segundo os quais é considerado um acontecimento passível de se tornar notícia se foge da rotina. Esta prerrogativa coloca à margem uma postura proativa dos jornalistas de observarem a realidade social para além do presente, da implosão do acontecimento. Deste modo deixam de cobrir pautas de interesse público que estão se gestando em discussões próprias das pautas frias, mas se tornarão pautas quentes quando os problemas ambientais já tiverem emergido. Sem uma postura proativa, restará ao campo jornalístico repetir-se sobre o drama à exaustão, o que pode paralisar a ação. Caso por exemplo, das tragédias das chuvas, mas também de questões estratégicas como a discussão sobre privatização e os usos e cobrança dos recursos hídricos, um problema tanto estratégico para a sociedade quanto de silenciamento da mídia na atualidade, conforme observado por Mazzarino e Flôres (2012). Este silenciamento aponta que os critérios relativos à relevância futura do acontecimento, consequência e repercussão, assim como a proximidade estão sendo desmerecidos.

Novidade, atualidade, originalidade, inusitado, impacto, interesse humano, surpresa, raridade, que foge à rotina são critérios que perpassam predominantemente o jornalismo informativo e que, juntos, se refletem em outro: a expectativa da comunidade interpretativa formada pelos jornalistas. Estes predominam em relação a critérios menos impactantes e que solicitam um trabalho de interpretação e mesmo de investigação. São raros os jornalistas investigativos mesmo na grande mídia, o que aponta para lógicas que permeiam o jornalismo ambiental.

Desta forma, os veículos colocam-se como focados no interesse público, mas raramente se aproximam dos públicos para conhecer suas demandas de informação. Estão focados na expectativa da comunidade interpretativa sobre o produto do seu fazer. Conectados com esta supervalorização dos produtores de notícia pelo que é inusitado e raro, que fuja da rotina, atores que atuam estrategicamente a partir de outros campos sociais que querem dar visibilidade midiática para seus interesses, buscam criar acontecimentos espetacularizáveis, a fim de acender ao espaço midiático, pois assim enquadram-se nos critérios do campo jornalístico, que se torna manobrável pelos seus próprios valores ou pelo *ethos* jornalístico.

Quando são priorizadas as técnicas e processos produtivos tradicionais,

os quais têm mostrado poder para engessar os modos de fazer jornalismo, em detrimento do interesse público e de um jornalismo que busca criar discussão sobre temas atuais da vida pública, contextualizado no território em que o veículo atua, é preciso que o jornalismo se reinvente. Inverter esta lógica significa dar surgimento a um novo critério de noticiabilidade: o interesse cidadão-comunitário, o qual não consta entre os critérios aludidos pelos diversos autores que tratam do tema e coloca-se, neste artigo, como uma contribuição.

É preciso compreender que, para além dos processos de contra-afundamento, os interesses comunitários não estão necessariamente em conjugação com os critérios de noticiabilidade tradicionais e, entre um e outro, os produtores de notícia que dizem respeitar os princípios do campo jornalístico precisam priorizar o interesse comunitário ou público mais que os critérios que estão atrelados aos modos de fazer industrial deste campo social. Deste modo, uma revisão dos critérios de noticiabilidade se refletirá possivelmente em uma revisão também nos critérios de escolha das fontes e, portanto, da abordagem e enquadramento dos acontecimentos pelo campo jornalístico.

A reinvenção jornalística a partir da inclusão do critério de noticiabilidade interesse cidadão-comunitário pressupõe mudanças nos processos produtivos, como na seleção das pautas e fontes, determinando outras ofertas na agenda midiática. Deste modo, o jornalismo predominantemente informativo, conservador dos modos de fazer, poderia dar mais espaço para as outras duas naturezas do jornalismo, hoje colocadas à margem: a formativa-pedagógica-interpretativa e a político-investigativa.

O critério interesse cidadão-comunitário refere-se a uma escolha dos acontecimentos a serem transformados em notícia guiada pela potencialidade inerente a um acontecimento relativo aos temas públicos para favorecer a reflexão crítica, estimulando uma opinião pública informada das multidimensionalidades envolvidas. Os fatos são, portanto, contextualizados e são considerados os impactos entrelaçados da relação entre sociedade e ambiente. Este critério sintetiza em si as três funções propostas por Bueno e reiteradas neste artigo, mas rompe tanto com as síndromes elencadas pelo autor quanto com o que se denominou neste estudo da natureza conservadora do jornalismo ambiental, por assumir, com veemência, suas naturezas ou funções política e pedagógica. O campo jornalístico assume, quando guiado por este novo critério de noticiabilidade, ao estar voltado para os temas ambientais, um papel protagonista de educador socioambiental e formador do capital comunicacional sociambiental.

Enfim, quando se considera que o jornalismo ambiental deve ser multidimensional, abordando os vários aspectos de um problema ou questão, com múltiplas fontes e primando pelo interesse público, ele só efetiva os princípios jornalísticos. É jornalismo voltado para cidadania, com compromisso público.

Neste sentido, não precisa ser mais engajado que qualquer outra especialização jornalística, já que o engajamento deve ser com o compromisso público do jornalismo, o que não é característica de uma ou

outra especialidade, por ser da natureza desta área social.

O campo jornalístico precisa informar, em qualquer das suas especialidades, com qualidade interpretativa e investigativa, e não apenas reproduzindo fórmulas acomodadas de notícias com poucas fontes ou fontes que se repetem, ou abordagem e enquadramento que pouco ou nada acrescentam ao debate público. Incluir pautas frias e também fugir dos critérios de noticiabilidade padronizados representa uma oportunidade para o jornalismo redescobrir-se, em qualquer dos suportes tecnológicos que habite.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões nos permitiram, inusitadamente, traçar um paralelo entre as práticas do jornalismo ambiental observadas pelos estudos acadêmicos e as práticas acadêmicas de muitos pesquisadores que se debruçaram sobre estudos empíricos. Observamos que, como marca comum entre a maioria dos estudos analisados, eles focam o produto jornalístico e levantam hipóteses e apontam conclusões, sem incluir a pesquisa de campo nas redações, incorrendo parcialmente no mesmo risco do jornalismo ambiental que analisam: uma abordagem fragmentada, descontextualizada, que não inclui os atores relacionados ao fato analisado (os produtores das notícias não têm voz nos textos científicos do jornalismo ambiental, assim como a comunidade não tem voz nos textos jornalísticos). Insere-se aí outro desafio e um caminho para futuros estudos acadêmicos. Pesquisas mais inclusivas dos atores envolvidos, até mesmo participativas, para compreender os processos produtivos, para que deste modo o campo científico aja de forma coerente com o que exige do campo jornalístico: um fazer atrelado à cidadania.

Outra estratégia para os pesquisadores da área do jornalismo ambiental é investigar os modos de interação nas redes sociais, tanto nos espaços abertos pelos veículos de jornalismo, como nos espaços alternativos criados pela sociedade civil organizada, entre os quais incluem-se os movimentos ambientalistas e outros movimentos sociais quando discursam sobre a temática ambiental, e também espaços da sociedade civil não organizada, do sujeito comum ou, ainda, nas mídias governamentais.

Estas duas vertentes: estudos que incluam os produtores de notícia e também os espaços de mídia não tradicional ou comercial, caso das governamentais e não governamentais, são o foco atual do grupo de pesquisa Práticas Ambientais, Comunicação, Educação e Cidadania (CNPq), ao qual esta produção se atrela.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Leonel Azevedo de. Discurso jornalístico e crise ambiental na sociedade de riscos. In: XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL. Natal/RS, 2 a 6 set. 2008. Anais... Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=34697>>. Acesso em: 15 abril 2013.

ALCARAZ, Luis González. El cambio climático em la prensa local: agenda informativa, valores noticiosos y encuadres periodísticos em dos diários Argentinos. Razón y Palabra, Monterrey, México, n. 80, ago/out 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199524426040>>. Acesso em: 15 abril 2013.

AMARAL, Márcia Franz. Os testemunhos na cobertura das catástrofes ambientais. In: XX ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO (COMPÓS). Porto Alegre/RS - 14 a 17 jun. 2011. Anais... Disponível em: <<http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=8&mmenu=0&fcodigo=1678>>. Acesso em: 15 abril 2013.

BARROS, Antônio Teixeira de. Estudos de jornalismo e ambiente: panorama comparativo Brasil-Portugal. Revista Contracampo, Niterói/RJ, v. 24, n. 1, p. 140-158, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/contracampo/index.php/revista/article/view/184>>. Acesso em: 15 abril 2013.

BERGER, Christa. O Caso Aracruz: do fato ao acontecimento jornalístico (um outro, o mesmo). UNIrevista, São Leopoldo/RS, v. 1, n. 3, p. 1-15, jul. 2006.

BONFIGLIOLI, Cristina Pontes. Discurso ecológico e mídia impressa: análise de discurso de um acidente ambiental. In: XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Porto Alegre/RS, 30 ago. a 3 set. 2004. Anais... Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=42984>>. Acesso em: 15 abril 2013.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba/PR, n. 15, p. 33-44, jan/jun 2007. Disponível em: <<http://cbja-rio2011.com.br/1016/jornalismo-ambiental-explorando-alem-do-conceito.html>>. Acesso em: 15 abril 2013.

CAMPELLO, Lorena de Oliveira Souza. A contribuição do jornal Gazeta de Sergipe para a discussão da problemática ambiental entre os anos de 1972 e 1992: o papel da imprensa escrita para o desenvolvimento social. Razón y Palabra, Monterrey, México, n. 80, ago/out 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=199524426019>>. Acesso em: 15 abril 2013.

CERVI, Emerson Urizzi; MASSUCHIN, Michele Goulart; BRONOSKI, Bruna. Temática Meio Ambiente na Folha de São Paulo: abordagem quantitativa da presença de fontes na cobertura sobre questões ambientais entre 1992 e 2008. In: XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Caxias do Sul/RS, 2 a 6 set. 2010. Anais...

Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=40299>>. Acesso em: 15 abril 2013.

COSTA, Luciana Miranda; CUNHA, Karina Menezes; VELLOSO, Brunella Lago. Quando as fontes são de lá: o discurso jornalístico dos jornais OESP e FSP sobre desmatamento durante a COP15. In: XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Fortaleza/CE, 3 a 7 set. 2012. Anais... Disponível em <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=51062>>. Acesso em: 15 abril 2013.

COSTA, Luciana Miranda. A imprensa e os desmatamentos na Amazônia: quem são as fontes do discurso jornalístico? In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Curitiba/PR, 4 a 7 set. 2009. Anais... Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=36605>>. Acesso em: 15 abril 2013.

DIAS, Ricardo Henrique Almeida; ALMEIDA, Maria José P. M. de. Critérios de noticiabilidade em notícias sobre energia nuclear no site Folha.com. In: XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Recife/PE, 2 a 6 set. 2011. Anais... Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=39265>>. Acesso em: 15 abril 2013.

DOMINGUEZ, Carlos. O silêncio dos afogados: o desaparecimento da população ribeirinha no noticiário sobre a construção da Hidrelétrica de Garabi. Razón y Palabra, Monterrey, México, n. 79, mai/jul 2012. Disponível em: <<http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/index79.html>>. Acesso em: 15 abril 2013.

DORNELLES, Beatriz. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. Brazilian Journalism Research, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 121-131, 2008. Disponível em: <<http://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/167/0>>. Acesso em: 15 abril 2013.

GAVIRATI, Pablo Marcelo. Periodismo local y cambio climático global análisis discursivo de la COP-15 em la prensa Argentina. Razón y Palabra, Monterrey, México, n. 79, mai/jul 2012. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/V79/28_Gavirati_V79.pdf>. Acesso em: 15 abril 2013.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida. Governança ambiental e economia verde. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v.17, n. 6, p. 1469-1478, jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a11.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2013.

LEFF, E. Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LOOSE, Eloisa Beling. Análise de discursos especializados em meio ambiente: como o jornalismo ambiental pode contribuir para um novo olhar. Razón y Palabra, Monterrey, México, n. 79, mai/jul 2012. Disponível em: <<http://jornalismoambiental.jor.br/ja/?p=313>>. Acesso em: 15 abril 2013.

_____; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. O jornalismo ambiental e seu caráter educativo. In: XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Curitiba/PR, 4 a 7 set. 2009. Anais... Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=36492>>. Acesso em: 15 abril 2013.

_____; PERUZZOLO, Adair Caetano. Como o meio ambiente é tematizado no discurso jornalístico da Folha de S. Paulo. In: XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL. Natal/RN, 2 a 6 set. 2008. Anais... Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=34571>>. Acesso em: 15 abril 2013.

MATA, Maria Cristina. De la cultura masiva a la cultura midiática. Revista Dialogos de la Comunicacion, Lima, Peru, nº 56, 1999.

MAZZARINO, Jane Marcia. O campo jornalístico e a construção do capital comunicacional socioambiental. Revista de Ciências Ambientais, Canoas/RS, v. 6, p. 81-94, 2012.

_____; FLÔRES, Vinicius dos Santos. Ofertas, marcas e construção de vínculos com o receptor na produção jornalística sobre recursos hídricos. In: XI CONGRESSO LATINOAMERICANO DE INVESTIGADORES DE LA COMUNICACIÓN. Montevideo, Uruguai, 2012. Anais... Disponível em: <http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/sites/default/files/ofertas_marcas_e_a_construcao_de_vinculos_com_o_receptor_na_producao_jornalistica_sobre_recursos_hidricos_jane_mazzarini_vinicius_dos_santos_flores_0.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2013.

MIGUEL, Katarini. Os paradigmas da imprensa na cobertura das políticas ambientais. Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, São Paulo/SP, v. 35, n. 1, jan/jun 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-58442012000100007&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 abril 2013.

MORAES, Cláudia Herte. O impacto, o significado e a repercussão na prática do jornalismo ambiental. In: XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL. Natal/RN, 2 a 6 set. 2008. Anais...

Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=35285>>. Acesso em: 15 abril 2013.

PORTO-GONÇALVES. Carlos Walter. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2013.

RAMOS, Roberto. ZAMBERLAN, Liége. A Tragédia no Rio de Janeiro na Revista Veja: os Mitos e a Complexidade socioambiental. In: XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Caxias do Sul/RS, 2 a 6 set. 2010. Anais... Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2010/lista_area_DT1-II.htm>. Acesso em: 15 abril 2013.

SANTOS, Juliana Frandalozo Alves dos. A importância do jornalismo de qualidade da redução de riscos e desastres. Razón y Palabra, Monterrey, México, n. 79, mai/jul 2012a. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/N/N79/M79/11_Frandalozo_M79.pdf>. Acesso em: 15 abril 2013.

SANTOS, Thâmara Danielle Filgueiras. O aquecimento global em pauta: a hipótese do agendamento aplicada ao processo de construção do significado popular. In: XXXV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Fortaleza/CE, 3 a 7 set. 2012b. Anais... Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacaoDetalhe.php?option=trabalho&id=50656>>. Acesso em: 15 abril 2013.

SCHWAAB, Reges. O lugar das revistas: pequeno mapa do discurso jornalístico sobre o verde. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE INVESTIGADORES EM COMUNICACIÓN. Montevideo, Uruguai, maio 2012. Anais... Disponível em: <<http://alaic2012.comunicacion.edu.uy/content/o-lugar-das-revistas-pequeno-mapa-do-discurso-jornal%C3%ADstico-sobre-o-verde>>. Acesso em: 15 abril 2013.

VIEGAS, Cláudia. Mudança climática fora do cotidiano: análise da cobertura de dois jornais num panorama de fragilidade da governança ambiental. In: XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Porto Alegre/RS, 30 ago. a 3 set. 2004. Anais... Disponível em <www.portcom.intercom.org.br>. Acesso em: 15 abril 2013.